

Trabalhadoras de fãbrica têxtil de Mangualde aguardam cartas de despedimento

18-Dec-2007

As cinco dezenas de funcionárias da fãbrica têxtil de Mangualde surpreendidas sexta-feira por um comunicado que anunciava a cessação de actividade deverão receber, nos próximos dias, a carta de despedimento que lhes permite reclamar os seus direitos.

A garantia foi dada esta segunda-feira ao coordenador do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta, Carlos João, que falou telefonicamente com a administradora da Anjal - Comércio e Indústria de Fios, Lda., sediada na zona industrial de Mangualde.

Na sexta-feira, as funcionárias deslocaram-se às instalações para mais um dia de trabalho, mas depararam-se com um comunicado emitido pela gerência, a informar que a fãbrica iria «cessar de imediato a sua actividade para se apresentar à insolvência».

Carlos João disse à agência Lusa ter avisado a administradora que o comunicado «era apenas um documento informativo e que não tinha qualquer validade para as pessoas irem para o desemprego», pelo que a responsável garantiu que ainda hoje iria reunir-se com o advogado para que sejam feitas as cartas de despedimento.

«Disse que ou hoje ou nos próximos dias serei contactado por ela ou pelo advogado para informar que já têm as cartas e para as pessoas se dirigirem à empresa para as receber», acrescentou.

O sindicato disponibilizou-se a reunir com a administradora em Famalicão, onde esta se encontra, na esperança de «tentar ainda encontrar uma solução que permitisse reabrir a empresa».

«A senhora disse que se encontrava connosco, mas avisou logo que reabrir a empresa estava fora de hipótese», contou o dirigente sindical.

As funcionárias têm em atraso o pagamento do mês de Novembro.

Segundo Carlos João, terão também de receber os dias de Dezembro até à chegada da carta de despedimento, o subsídio de Natal e o de férias (que iriam gozar em 2008).

«Ela já disse que não vai pagar nada, que não tinha condições de pagar fosse o que fosse», acrescentou.

Neste âmbito, resta «aguardar pelas cartas de despedimento e que a empresa avance para a insolvência, para que as trabalhadoras possam reclamar os créditos e recorrer ao fundo de garantia salarial».

No comunicado, a gerência da Anjal aludia às dificuldades em que vive o sector, provocadas «pela concorrência de mercados externos, com custos de mão-de-obra muito inferiores» e apontava «sucessivos e graves problemas de qualidade e atrasos reiterados no cumprimento de encomendas», que alegou terem colocado em causa a confiança dos clientes na empresa.

Dizia ainda que a confiança foi «definitivamente prejudicada pela greve que os trabalhadores decidiram empreender desde quinta-feira, sem aviso prévio legal, inviabilizando assim o pontual cumprimento da encomenda em curso».

Carlos João disse acreditar nas funcionárias, que negaram ter feito greve, argumentando que não tinham era trabalho.

Segundo o dirigente sindical, esta situação não acontecia com frequência, por falta de encomendas e material e que as trabalhadoras «chegaram a ser mandadas uns dias para casa».

ViseuMais / Lusa